

Moraes mantém validade da delação premiada de Cid

STF informou que ele esclareceu as contradições indicadas pela PF

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter nesta quinta-feira (21) a validade do acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão foi tomada após a oitiva de Cid na Corte, que foi convocado para esclarecer contradições apontadas pela Polícia Federal (PF) durante depoimento prestado na terça-feira (19).

Em comunicado, o STF informou que o ministro considerou que Cid havia esclarecido as omissões e contradições identificadas pela PF. “Assim, as informações apresentadas por Mauro Cid na colaboração seguem sob apuração das autoridades competentes”, afirmou o tribunal.

Após o depoimento, o advogado de defesa de Cid, Cesar Bitencourt, declarou à imprensa que “tudo correu bem”. Bitencourt explicou que o depoente confirmou e detalhou as informações que já havia prestado anteriormente. “Ele repetiu o que tinha dito antes e deu as explicações necessárias”, disse o advogado. Ao final, Moraes autorizou que o ex-ajudante de ordens retornasse à sua residência.

Contradições

O depoimento de Mauro Cid aconteceu no contexto da “Operação Contragolpe”, de



Saída de Mauro Cid da oitiva no Supremo Tribunal Federal

flagrada pela Polícia Federal na terça-feira (19), que investiga uma suposta organização criminosa envolvida em planos para um golpe de Estado, além da tentativa de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do próprio ministro Alexandre de Moraes, na época presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os indícios iniciais surgiram a partir de mensagens recuperadas do celular de Cid com o ex-assessor de Bolsonaro, coronel do Exército Marcelo Câmara. As conversas indicavam que eles estavam monitorando Moraes. Adicionalmente, o relatório mostra que o ex-ajudante de ordens participou de uma das reuniões de planeja-

mento da trama golpista, que foi realizada na casa do general Walter Braga Netto, que era o candidato à vice-presidência da chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Apurações estas que geraram a convocação de Cid pela PF para prestar esclarecimentos na última terça-feira, na ocasião, ele negou ter conhecimento sobre o assunto.

De acordo com a corporação, as novas evidências apresentavam contradições com a delação premiada anteriormente acordada, na qual Cid se comprometeu a revelar fatos que teve conhecimento durante o governo Bolsonaro.

No inquérito enviado pela Polícia Federal nesta quinta-feira ao STF, Cid é um dos 37 nomes indiciados pelos

crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

Delação

Em maio de 2023, Cid foi preso durante a Operação Venire, em investigação sobre a inserção de dados falsos sobre vacinação contra a Covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde. No dia 9 de setembro de 2024 foi solto, após Moraes homologar o acordo firmado com a PF de colaboração premiada. No entanto, Cid foi preso novamente em março por criticar a atuação do ministro e afirmar que foi coagido a delatar. Em maio deste ano, o magistrado novamente decidiu por sua soltura.

PECs de militares na política podem voltar a discussão?

Por Gabriela Gallo

Após as notícias do inquérito da Polícia Federal (PF) que indicia mais de 30 militares por estarem envolvidos em uma tentativa de golpe de Estado nas eleições de 2022 em decorrência da derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seguem as investigações sobre o caso. E enquanto se espera as cenas dos próximos capítulos do caso, há a possibilidade de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) voltarem à tona dos debates parlamentares.

Circula na Câmara dos Deputados a PEC 21/2021, que proíbe militares de ativar ou ocupar cargos de natureza civil na Administração Pública — seja no Executivo ou Legislativo, já que militares da ativa não podem atuar no poder Judiciário. Se aprovado da forma que se encontra, o texto acrescenta os dispositivos ao artigo 37 da Constituição, já que atualmente a Carta Magna não trata da presença de militares em cargos civis.

O projeto passou por uma longa tramitação na Casa. Atualmente, ele aguarda a que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) designe um novo relator da proposta. Inicialmente, a relatora era a deputada federal Sâmia Bonfim (Psol-RJ), que foi escolhida em 2023. Porém, quando o texto foi apreciado pela CCJ, em 6 de março deste ano, a parlamentar não era mais membro da comissão (ela saiu em 4 de fevereiro) e, por isso, o texto carece de um novo relator.

Porém, em decorrência do novo episódio de tentativa de



Jefferson Rudy/Agência Senado

golpe de Estado envolvendo militares, segue a expectativa de que o texto voltará a ser apreciado na Casa. Na avaliação do cientista político Melillo Dinis, a operação da Polícia Federal “volta a agitar os debates do tema no Congresso”, porém, a PEC não deve avançar momentaneamente, já que o atual foco dos parlamentares são as eleições internas.

“A grande prioridade do Congresso Nacional é a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, e isso é um tema de potencial polêmica que pode gerar algum grau de perturbação nesse modelo que foi escolhido — de fazer eleições quase por unanimidade do presidente da Câmara e do Senado, em fevereiro. Depois disso, a depender de como o Supremo [Tribunal Federal] vai retomar essa questão e vai levar adiante todas as investigações, é possível que isso ganhe força no Congresso”, declarou Melillo ao Correio da Manhã.

Questionado pela reportagem, o cientista político Tiago Valenciano concordou com Dinis. Para Valenciano, no mo-

mento, o foco das autoridades será “entender o que aconteceu em relação a essa possibilidade de ataque, ao STF e a presidência da República, para depois pensar em medidas mais severas quanto a participação de militares no poder”.

“Então a chance de ser aprovado neste momento não vejo como pauta prioritária e também não vejo a possibilidade de aprovação se a pauta vier acontecer, no sentido de que a maioria da Câmara dos Deputados, sobretudo, está mais alinhada à direita e esses militares quando disputam as eleições, buscam partidos, ideologicamente falando, mais alinhados à direita. Então o cenário no momento é bem isolador no sentido de vir a aprovar essa PEC”, afirmou o cientista político.

Senado

Em conversa com a reportagem, o cientista político André Cesar lembrou que circula no Senado outra Proposta de Emenda à Constituição semelhante. A PEC 41/2023 altera as condições de elegibilidade

por militares da ativa das Forças Armadas. A medida propõe que, para concorrer a um cargo eletivo, o militar da ativa tem que passar imediatamente para a reserva.

“Então nesse caso, a coisa mudou de figura. Agora tem que ver como vai se manter a fervura desse debate, como vai ficar essa situação. Pode ser aprovado? Pode. Como pode não ser aprovado. Toda emenda constitucional é difícil de passar. Militares tem ainda tem muito peso na sociedade”, ponderou Cesar.

Todavia, ele destacou que os inquéritos da PF e as investigações sobre tentativa de golpe de Estado pesam nas expectativas de ambas as PECs serem aprovadas, ou não. “As condições começam a mudar, ventos novos sopram. Então a gente vê hoje novas situações e os eventos recentes mostram que algo pode ocorrer, algo mais sério, no sentido de que tanto a PEC da Câmara quanto a do Senado podem voltar a ganhar peso, um peso que não se via desde sempre”, afirmou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

1º Sgt Sionir/Exército Brasileiro



Bolsonaro com o então subordinado Freire Gomes

Militares: o maior temor de Jair Bolsonaro

Depoimentos de ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica que confirmam a participação de Jair Bolsonaro nas articulações golpistas são os que mais preocupam o ex-presidente e aliados.

A manutenção do acordo de delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid indica um outro complicador — a possibilidade de ele ter confirmado os planos de assassinatos de

autoridades.

O general Freire Gomes e o brigadeiro Carlos Baptista Junior disseram à Polícia Federal que Bolsonaro lhes apresentou uma minuta de um documento que permitiria o rompimento institucional.

As declarações complicam a situação do ex-presidente: não foram prestadas por adversários, mas por militares que ele próprio escolheu.

Bateu na trave

Baptista Junior chegou a afirmar que o então comandante do Exército ameaçou prender Bolsonaro caso este insistisse em impedir a posse de Lula, na época, presidente eleito. Para o brigadeiro, a eventual adesão de Gomes teria efetivado o golpe.

‘Narrativas’

Ainda ontem, o líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que o indiciamento de Bolsonaro e de outras 37 pessoas foi baseado em “narrativas”. Para ele, a medida é consequência de um “processo de incessante perseguição política”.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



O deputado diz que as negociações estão avançadas

Para deputado, eleição de Trump motivou PF

Também do PL, o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ) vai na mesma linha de Marinho. Para ele, o múltiplo indiciamento é uma perseguição política motivada, diz, pela nova eleição de Donald Trump.

Segundo Sóstenes, o resultado do pleito norte-americano motivou a Polícia Federal a apresentar agora novo fortalecimento da

direita no Brasil. Daí a busca de uma narrativa — ele também usa esta palavra — para incriminar o ex-presidente.

O deputado questiona as evidências de planejamento de assassinatos. “Os petistas desconfiavam das provas contra Lula. Eu desconfo das que a Polícia Federal apresenta agora”, resume.

Renúncia

A apuração, pela Polícia Federal, de que o ministro Alexandre de Moraes seria uma das vítimas de assassinatos planejados por golpistas fez crescer a possibilidade de ele renunciar à relatoria do inquérito que capta o caso no Supremo Tribunal Federal.

Sucessão

Ao mandar prender suspeitos, Moraes se citou 44 vezes. O regimento da corte prevê um novo sorteio para a escolha de um novo relator caso este se declare impedido. Mas admite que, em casos excepcionais, a escolha caberá ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Precedentes

Alvo preferencial dos bolsonaristas, Moraes já se declarou impedido de relatar outros dois casos em que é citado nas investigações: um trata de uma ameaça de morte feita a ele; o outro, das hostilidades de que foi vítima, ano passado, no aeroporto de Roma.

Guerra é guerra

O indiciamento de 24 militares faz lembrar uma provocação de Darcy Ribeiro (1922-1997), perseguido pela ditadura. Ele dizia que, se virasse imperador do Brasil, declararia guerra à Bolívia. Assim, os militares teriam o que fazer e iriam parar de se meter em política.